

| | |
|--|----|
| Uso de verba divide gaúchos | 1 |
| Lurdete Ertel - Agora, o emprego | 1 |
| Site da Justiça é desativado por economia | 2 |
| Fundos de pensão encolhem R\$ 20 bi..... | 2 |
| Abimaq: setor demite 1,8 mil..... | 3 |
| Corrupção afeta pouco taxa de reeleição | 3 |
| Gerdau corta 10% da força de trabalho em unidade dos EUA | 4 |
| Amazônia concentra maior parte de casos de trabalho escravo no Brasil | 4 |
| Gasto com seguridade social caiu pela 1ª vez em 12 anos..... | 6 |
| Mais um trabalhador contaminado pelo amianto morre em SJC (SP)..... | 7 |
| Crise e o emprego: onde estão os socialmente responsáveis? | 7 |
| Dez instituições detêm 94% das agências bancárias no País | 8 |
| Sem chuva da Amazônia, SP vira deserto..... | 8 |
| Uma raposa em Terra-sem-males | 12 |
| Revolução no embate das ideias e projeto de sociedade..... | 14 |
| TST reconhece natureza salarial de vale refeição fornecido como valor simbólico..... | 18 |

Uso de verba divide gaúchos

Benefício utilizado por senadores custou R\$ 11 milhões em 2008

A verba indenizatória causa posições divergentes entre os três senadores gaúchos. O dinheiro é aplicado em despesas extras de locomoção, hospedagem, locação de imóvel, contratação de pesquisas, entre outros itens.

Pela primeira vez, o Senado divulgou o total gasto com a verba no ano passado – R\$ 10,9 milhões – e o quanto cada senador usou (confira ao lado). Paulo Paim (PT) foi quem mais fez uso entre os representantes gaúchos, ficando em terceiro na relação completa. Do outro lado, Pedro Simon (PMDB) não utilizou a verba.– Uso a verba regulamentar para a divulgação das atividades do meu mandato dentro dos parâmetros legais. Outros senadores têm outras fontes de renda, eu não – afirmou Paim.

Já Simon se recusa a utilizar a verba indenizatória a que tem direito. Na sua opinião, o parlamentar deve ganhar um salário bom (atualmente, recebe R\$ 16,5 mil) para pagar tudo o que é necessário em sua atividade.– Moradia, carro, telefone, selo, gabinete, passagem de avião, o que é necessário nós temos. O ideal seria ganhar a verba que se precisa, mas como salário. Se não me dão (como salário), então não quero – justificou.

Sérgio Zambiasi (PTB) explica que a maior parte de seus gastos com a verba indenizatória são para manutenção de escritório em Porto Alegre, além da contratação de um cientista político e despesas com combustíveis.– Tenho audiências segundas e sextas no escritório, recebendo demandas. É uma extensão do gabinete na base – afirma Zambiasi.

A verba indenizatória foi criada em 2003 pelo então presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e na prática é visto como um complemento aos salários. As notas fiscais são encaminhadas para a Secretaria de Fiscalização e Controle. Ao Tribunal de Contas da União cabe fazer a conferência das prestações de contas. A divulgação dos dados ao público, portanto, se limita ao valor total de cada senador.

Zambiasi avalia a possibilidade de conversar com seus colegas para aumentar a transparência desse processo. No caso, o detalhamento das despesas.

ZERO HORA

Lurdete Ertel - Agora, o emprego

Como atenuar o impacto da crise no emprego passa a ser a grande questão de 2009. Somados os desempenhos de outubro e novembro, a produção da indústria brasileira caiu quase 8%, recuando ao nível de meio ano atrás. Além disso, a esta altura, esgotaram-se os períodos de férias coletivas, por um lado, e vagas temporárias, por outro, dois recursos de ajuste pontual à demanda que postergaram um eventual aumento do desemprego.

Mas o ano começa para valer, com a indústria obrigada a administrar estoques elevados em meio a um cenário internacional cuja perspectiva de melhora foi jogada para o segundo trimestre.

Além das novas medidas de estímulo que o governo promete, empresas e centrais sindicais se movimentam para enfrentar a questão, embora os passos iniciais indiquem a necessidade de muita negociação.

A CUT critica a proposta alinhavada por Força Sindical e Federação das Indústrias de São Paulo, que prevê o uso de todas as alternativas permitidas pela atual legislação, entre as quais redução de jornada, licenças e banco de horas. A Força, inclusive, admitiu a possibilidade de aceitar redução de salário em troca de manutenção do emprego.

Para a CUT, um acordo do tipo guarda-chuva não contempla o fato de que a crise afeta de maneira diferente os setores econômicos.

O temor da central é que empresas aproveitem o momento para “queimar gordura”, demitindo sem necessidade.

ZERO HORA

Site da Justiça é desativado por economia

O site do Infojus (www.infojus.gov.br) – Projeto de Interligação Informatizada do Poder Judiciário – será desativado em razão dos altos custos de manutenção do serviço e do baixo índice de acesso por usuários, além da constatação de que o conteúdo está contemplado em outros endereços eletrônicos. O portal divulgava dados de interesse do poder Judiciário, do Ministério Público, de advogados e estudantes desde 2002.

CORREIO DO POVO

Fundos de pensão encolhem R\$ 20 bi

São Paulo — A crise financeira global fez com que o patrimônio dos fundos de pensão brasileiros encolhessem R\$ 20 bilhões em 2008, para R\$ 415 bilhões. A estimativa (dados oficiais serão conhecidos até março) é da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp). O resultado decorre da queda das Bolsas de Valores. O Ibovespa, principal índice da Bolsa paulista, recuou mais de 41% no ano passado. A Abrapp estima que os fundos apresentaram, em média, rentabilidade negativa de 3% em 2008. Em 2007, o ganho médio foi de 25,9%.

A Abrapp reúne 267 dos 369 fundos de pensão fechados do país, que detêm, juntos, quase 99% do patrimônio total. Entre os associados estão os três maiores: Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras) e Funcef (Caixa Econômica Federal). Apesar do mau desempenho, o coordenador de investimentos da Abrapp, Antonio Jorge da Cruz, afirma que os participantes (cerca de 2 milhões) devem ficar tranquilos. 'Não há motivo para nervosismo', garantiu. Como os fundos vinham de anos de superávit (R\$ 76 bilhões entre 2003 e 2007), têm 'gordura para queimar', diz o economista José Cechin, ministro da Previdência no governo de FHC. Um superávit significa que o total de recursos disponíveis pelos fundos é suficiente para cobrir todos os compromissos estimados e ainda sobra dinheiro.

Cechin ressalta que o encolhimento do patrimônio não significa necessariamente perda de dinheiro. 'Isso só teria ocorrido se os fundos tivessem liquidado suas posições no mercado acionário', explica. Isso não ocorreu, segundo o sócio-diretor da consultoria NetQuant, Marcelo Nazareth. 'Na previdência fechada (fundos de pensão), não vimos saques. Na aberta (fundos PGBL e VGBL), sim', compara. Cruz avalia que o impacto nos fundos de pensão será nulo, diferentemente do que ocorre nos EUA, onde milhares de pessoas têm sido obrigadas a postergar a aposentadoria por causa da queda das Bolsas. 'O máximo que pode acontecer é as pessoas voltarem a ter de fazer a contribuição no montante integral', avalia.

CORREIO DO POVO

Abimaq: setor demite 1,8 mil

A indústria de máquinas e equipamentos demitiu quase 1,8 mil trabalhadores em novembro, segundo levantamento da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). O motivo foi a queda de cerca de 15% na carteira de pedidos para o primeiro trimestre do ano.

CORREIO DO POVO

Corrupção afeta pouco taxa de reeleição

Em cidades onde a CGU viu irregularidades desde 2005, reeleição foi de 62,5% no ano passado; taxa média nacional foi de 67%

Audidores falam de desvios, direcionamento de licitação e notas fiscais "frias"; em 22 casos, servidores recebiam Bolsa Família ilegalmente

FERNANDO BARROS DE MELLO

DA REPORTAGEM LOCAL

Indícios de corrupção ou irregularidades graves nas gestões municipais não impediram que prefeitos brasileiros assumissem novamente o cargo no último dia 1º de janeiro.

Mesmo em cidades com denúncias, a taxa de reeleição não sofreu grande alteração.

Levantamento feito pela Folha nas cidades em que auditorias da CGU (Controladoria Geral da União) apontaram indícios de corrupção e em que os prefeitos concorreram novamente ao cargo mostra que a reeleição foi de 62,5%. A taxa média em todo o país foi de 67%, segundo a Confederação Nacional dos Municípios.

Desde 2005, a CGU auditou 660 municípios com menos de 500 mil habitantes. Neles, 322 prefeitos concorreram à reeleição. Em 195 cidades, foi identificada pelo menos uma irregularidade grave ou indício de corrupção, principalmente direcionamento de licitação ou restrição à competitividade, não comprovação de gastos e de saques e uso de notas fiscais inidôneas ("frias"). Mesmo com apontamentos assim, 122 prefeitos foram reeleitos.

É o caso de Elson de Oliveira (PT), reeleito em Tanque Novo (BA). A auditoria descreve simulação de pagamento de R\$ 56 mil para transporte escolar nas férias, o que foi negado pelos "contratados". Segundo a CGU, houve "indícios de simulação de licitação". "Nossa votação mostrou que as coisas eram poucas. E nossa advogada já resolveu", diz Oliveira.

Em Jenipapo dos Vieiras (MA), a auditoria apontou fraude de R\$ 35 mil na capacitação de professores. "Nas entrevistas realizadas com os professores, eles foram categóricos em afirmar que tais cursos de capacitação não foram realizados."

A CGU também viu indício de fraude em licitação. Giancarlos Albuquerque (PP) foi reeleito.

Em Acopiara (CE), a auditoria analisou os R\$ 15,9 mil que teriam sido usados para aquisição de merenda escolar em dezembro de 2006. "A quantidade e o valor adquirido foram muito maiores que a média das aquisições de fevereiro a novembro de 2006, que foi de R\$ 4,2 mil. Além disso, faltavam apenas 13 dias para o término do ano letivo. Há indícios de desvio de parte da aquisição, estimada em R\$ 12,5 mil."

Bolsa Família

Em 22 gestões reeleitas, servidores públicos e/ou parentes (inclusive a filha de um vice-prefeito e a própria responsável pelo cadastramento) recebiam Bolsa Família ilegalmente.

Em 2006, a CGU constatou que, dos 2.359 beneficiários do programa em Pau dos Ferros (RN), 94 eram servidores municipais. "Constatou-se que a informação referente à renda dos funcionários da prefeitura, quando informada, foi inserida em valor inferior ao que de fato os funcionários recebem."

Leonardo Rego (DEM), reeleito em 2008, disse que as ilegalidades eram da gestão anterior, apesar de a análise ter sido feita nas contas de abril de 2006, um ano após sua posse.

"Nós organizamos a baderna que era. O Bolsa Família hoje tem um número muito maior de beneficiários."

Em 73 cidades, prefeitos não se reelegeram após divulgação da CGU. Em Campo Formoso (BA),

carimbos de empresas supostamente convidadas para as licitações foram encontrados na casa do secretário de Finanças. O prefeito, Dr. Chiquinho (PMDB), perdeu para Dra. Iracy (PR). Ela já havia vencido em 2004, mas foi cassada em 2005 pela Justiça Eleitoral e substituída pelo adversário.

Em Vitória do Jari (AP), Adelson Ferreira de Figueiredo (PT do B) não se reelegeu. Ele usou recursos do Programa de Atenção ao Idoso para compras da sua residência oficial.

Para o secretário-executivo da CGU, Luiz Navarro, a população está menos tolerante à corrupção. "Mas um problema grave é a falta de controle, do Legislativo municipal, interno da própria prefeitura e controle social da imprensa local", diz.

A CGU publicou novos relatórios em dezembro, após as eleições. Foram 32 cidades com problemas e 23 prefeitos reeleitos (71,8%, taxa ainda maior). Em Itarema (CE), o prefeito reeleito pagou, em 2006, R\$ 1,1 milhão por combustível do posto de sua mãe.

FOLHA DE SP

Gerdau corta 10% da força de trabalho em unidade dos EUA

A Gerdau Macsteel, unidade da empresa brasileira nos EUA, vai demitir 46 funcionários da sua fábrica em Monroe (Estado de Michigan), cerca de 10% da força de trabalho, devido à crise vivida pelo setor automotivo do país, segundo o jornal "The Monroe Evening News".

"As condições de negócio nos forçaram para a situação em que estamos no momento", afirmou sobre os cortes James Scriven, vice-presidente de recursos humanos. De acordo com ele, a maioria dos cortes deve ser temporária, mas não deixou claro quando os funcionários serão chamados de volta.

Ele disse que a maioria dos clientes da empresa estava ligada ao setor automotivo.

FOLHA DE SP

Amazônia concentra maior parte de casos de trabalho escravo no Brasil

Atividades econômicas que destroem floresta estão ligadas ao crime. Pará, Mato Grosso e Maranhão são estados mais afetados pelo problema

Eles não vivem presos a correntes, não são transportados em navios féditos e nem são vendidos em mercados, mas são considerados escravos. Muitos trabalhadores brasileiros ainda são chamados assim porque bebem água suja, dormem em alojamentos superlotados, são obrigados a comprar equipamentos de trabalho e muitas vezes não podem deixar o emprego porque têm dívidas com patrão. E a maior parte desses casos acontece na Amazônia.

Segundo o último cadastro de empregadores que utilizaram mão-de-obra escrava divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 66% dos flagrantes do crime ocorreram em estados pertencentes à Amazônia Legal, região que abrange Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão. O cadastro, divulgado semestralmente pelo Governo desde 2003, é conhecido popularmente como "lista suja" e reúne 201 nomes de fazendeiros e de empresas.

De acordo com dados levantados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), 51% dos casos de trabalho escravo ocorridos em 2008 estavam ligados à pecuária. "Os trabalhadores [encontrados nessa situação] fazem limpeza e manutenção dos pastos, além de instalarem cercas", explica o frei Xavier Plassat, coordenador da campanha contra o trabalho escravo da CPT.

A segunda atividade que mais concentrou casos de trabalho análogo à escravidão em 2008 foi a produção de carvão, que respondeu a 17% do total. Segundo Plassat, esses casos são comuns nos arredores do pólo siderúrgico de Marabá, no Pará, onde o carvão é utilizado para a produção de ferro.

Trabalhadores libertados desde 1995

Pará: 10.951 (33,3%)

Mato Grosso: 5.154 (15,7%)

Maranhão: 2.534 (7,7%)

Bahia: 2.420 (7,3%)

Goiás: 2.407 (7,3%)

Tocantins: 1.982 (6,0%)
Mato Grosso do Sul: 1.946 (5,9%)
Minas Gerais: 944 (2,9%)
Rio de Janeiro: 792 (2,4%)
Alagoas: 755 (2,3%)
Paraná: 582 (1,8%)
Rondônia: 485 (1,5%)
São Paulo: 429 (1,3%)
Piauí: 426 (1,3%)
Espírito Santo: 346 (1,1%)
Ceará: 299 (0,9%)
Santa Catarina: 221 (0,7%)
Amazonas: 103 (0,3%)
Rio Grande do Sul: 86 (0,3%)
Rio Grande do Norte: 36 (0,1%)
Acre: 24 (0,1%)
Pernambuco: 9 (0,1%)
Total: 32.931 (100,0%)

Fonte: Comissão Pastoral da Terra
Desmatamento e trabalho escravo

Além da coincidência geográfica e das atividades econômicas - a produção de carvão e a pecuária são apontadas como umas das principais atividades causadoras do desmatamento - as causas do trabalho escravo também são próximas às do desmatamento.

"São regiões inóspitas, onde não há infraestrutura material quanto institucional. Não há presença do estado fiscalizador. O campo é aberto para práticas incontroláveis. Temos muita dificuldade para levar a fiscalização para a Terra do Meio [região do sudeste paraense], por exemplo, onde há muitas denúncias", relata Plassat.

Os produtos resultantes da utilização desse tipo de crime também revelam proximidade com atividades que causam impacto à floresta. De acordo com o cientista político Leonardo Sakamoto, coordenador Repórter Brasil, ONG que atua no combate ao trabalho escravo, mercadorias com essa origem são consumidas dentro e fora do Brasil.

"Carne bovina, soja, madeira, carvão vegetal - usado na siderurgia -, produção de frutas, como o cacau, e cana-de-açúcar", enumera Sakamoto, que pesquisa as cadeias produtivas em que é recorrente esse tipo de crime.

Grupo móvel

Quase a totalidade dos flagrantes de trabalho escravo são realizados em operações do grupo móvel de fiscalização do MTE. Além de fiscais do trabalho, participam dessas ações membros do Ministério Público do Trabalho e da Polícia Federal.

Em 2008, o grupo fiscalizou 255 fazendas, libertando 4.634 pessoas. Segundo nota divulgada pelo MTE, o trabalho escravo ocorre em "situações de trabalho forçado, jornada exaustiva, servidão por dívida e trabalho degradante, que significa ausência dos direitos relacionados à saúde e segurança."

Segundo Sakamoto, poucas pessoas vão para a cadeia por cometerem esse tipo de crime, pois praticamente não existem condenações criminais. Há, contudo, algumas sanções econômicas. Além da fiscalização gerar multas, a empresa ou fazendeiro pode entrar para a 'lista suja', deixando de receber financiamento de bancos e agências públicas.

Quem entra para a lista também pode perder os clientes que assinaram o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, documento em que empresas se comprometem a não comprar de quem cometeu o crime. "Há também ações civis públicas do Ministério Público do Trabalho", relata o pesquisador.

Para sair da lista do governo, os fazendeiros precisam esperar dois anos e pagar todas as dívidas trabalhistas e multas geradas no momento da fiscalização. (Fonte: G1)

Gasto com seguridade social caiu pela 1ª vez em 12 anos

Área deve ter absorvido de 12,6% a 12,9% do PIB em 2008, contra 13% no ano anterior. Queda do gasto em relação ao PIB indica que governo deixou de ampliar políticas sociais e agora quer acelerar as obras de infraestrutura

Dados preliminares da execução do Orçamento apontam que os gastos federais com a seguridade social caíram no ano passado, como proporção da renda nacional, pela primeira vez em 12 anos - ou, dito de outra forma, no período de três mandatos presidenciais.

Definida pela Constituição, a seguridade compreende as políticas públicas mais diretamente ligadas à subsistência das famílias, como previdência, saúde, benefícios assistenciais e seguro-desemprego, entre outras. Esse grupo de programas e ações foi, de longe, o maior responsável pela elevação contínua dos gastos do governo desde a década passada.

No período, a conta da seguridade passou de menos de 10% para o equivalente a 13% do PIB em 2007, e a despesa total da União subiu de 14,5% para pouco mais de 18% do PIB. Em 2008, mesmo com recordes sucessivos da arrecadação de impostos, a trajetória do gasto social foi interrompida. Entre salários, custeio administrativo, compras de medicamentos, repasses a Estados e municípios, investimentos e, principalmente, transferências diretas de renda a sua clientela, a seguridade consumiu R\$ 372 bilhões no ano passado, segundo registros quase idênticos do sistema de acompanhamento dos gastos federais oferecido pelo Senado e da ONG Contas Abertas, especializada no setor.

O montante, ainda sujeito a ajustes, equivale a algo entre 12,6% e 12,9% do PIB, dependendo das estimativas para o crescimento econômico e a inflação consultadas pela Folha no Ministério do Planejamento, na Confederação Nacional da Indústria e nas empresas de consultoria Tendências, LCA e Rosenberg & Associados.

Mesmo medida em décimos de pontos percentuais, a variação da despesa pode ter efeitos sociais e políticos decisivos. Quando o governo Lula transformou o antigo Bolsa Escola no Bolsa Família, por exemplo, o gasto público foi elevado em, exatamente, 0,25% do PIB - e ao longo de seis anos. A queda do gasto como proporção do produto não significa, necessariamente, piora dos serviços sociais; as despesas, afinal, continuam subindo acima da inflação. Trata-se, isso sim, de um deslocamento de prioridades, uma vez que a receita e a despesa dos governos sobem com o PIB e, no caso brasileiro, em ritmo até superior ao da renda nacional. Em outras palavras, a seguridade, bandeira histórica do PT, perdeu espaço no Orçamento.

Medidas para conter a escalada das despesas permanentes do Tesouro Nacional começaram a ser discutidas pelo governo Lula em 2005, foram deixadas de lado no ano reeleitoral de 2006 e acabaram reaparecendo, em versão menos ambiciosa, no lançamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) em 2007.

Com dois projetos de lei, procurava-se controlar a expansão dos dois principais gastos federais. Para limitar os benefícios previdenciários, foi proposto que os reajustes do salário mínimo não deveriam superar a inflação e o crescimento do PIB de dois anos antes; para a folha de salários do funcionalismo, previu-se que o aumento anual respeitaria um teto de 1,5% acima da inflação.

Em tese, a estratégia deveria permitir, sem aumento da carga tributária, mais recursos para as obras de infraestrutura gerenciadas pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, apontada por Lula como potencial candidata à sucessão presidencial. Só parte do plano, porém, foi posta em prática.

Mesmo sem ter sido aprovada pelo Congresso, a regra do salário mínimo foi usada pela primeira vez em 2008, o que resultou no menor reajuste em quatro anos. Em contraste com os 13% no ano da reeleição, o ganho real ficou na casa dos 4%, enquanto a economia se expandia a mais de 5%.

Surtiu efeito ainda a política de endurecer os critérios de concessão do auxílio-doença, benefício que teve crescimento explosivo nesta década. Apresentado pelo governo como alternativa a uma reforma previdenciária impopular, o controle conseguiu reduzir essa despesa de R\$ 17,7 bilhões, em 2007, para R\$ 16 bilhões.

Impulsionados pelo PAC, os investimentos cresceram como proporção do PIB, embora abaixo das metas oficiais. E, ao contrário do que previa o programa, o governo concedeu um pacote de reajustes salariais ao funcionalismo - e os gastos com pessoal, assim como a carga tributária, voltaram a crescer mais que a economia.

CPMF

Com R\$ 50 bilhões disponíveis no Orçamento, a saúde responde pela segunda maior fatia da seguridade e é o setor do governo que mais destina dinheiro a Estados, municípios e empresas privadas. Uma disputa política em torno dos recursos e de seu financiamento levou a um impasse que evitou a prometida expansão dos gastos.

Nos últimos dois anos, a bancada de parlamentares ligada à saúde, uma das mais influentes do Congresso, fez avançar um projeto para ampliar as despesas obrigatórias no setor. Nas negociações, Lula e os governadores condicionaram a medida à prorrogação da CPMF, que acabou derrubada no Senado, e, depois, à sua recriação.

Sem as verbas adicionais prometidas no "PAC da Saúde", prevaleceu a regra em vigor desde 2000, que determina a correção anual dos gastos pelo crescimento nominal, incluindo a variação da inflação, do PIB do ano anterior -e, como a inflação de 2008 superou a de 2007, o gasto em saúde teve, em vez de alta, uma pequena queda como proporção do produto.

O crescimento econômico acelerado contribuiu para estabilizar ou reduzir os gastos públicos em relação ao PIB. Nos anos de mais prosperidade, como 2000, 2004 e 2007, o custo da seguridade subiu menos. Por isso os resultados dos ajustes feitos pelo governo na Previdência estarão em xeque em 2009 devido à crise econômica. (Fonte: Folha de S.Paulo)

Mais um trabalhador contaminado pelo amianto morre em SJC (SP)

Mais um caso de morte por uma provável contaminação de amianto foi registrado na última quarta-feira (7), em São José dos Campos. Este é o terceiro em menos de dois anos. As três vítimas foram funcionárias da Avibrás. O Ministério de Trabalho quer agora que a empresa comunique a Previdência Social sobre o que considera um acidente de trabalho.

A primeira morte foi em abril de 2007. Silvane Dias Barros lutava contra um câncer havia dois anos. Em abril de 2008, outra vítima. Nivaldo Guimarães da Silva chegou a passar por uma cirurgia depois de descobrir um câncer que teria sido provocado pela inalação do amianto. Depois do procedimento, ele passou a conviver com limitações físicas.

Hoje, Donizete Gomes de Oliveira, de 52 anos, foi enterrado no cemitério do Centro de São José dos Campos. Uma auditora do Ministério do Trabalho, que acompanhou os três casos, disse que o uso do amianto está proibido por lei, em todo o estado de São Paulo, desde junho do ano passado. "Nós estamos agora enterrando uma vítima que teve uma exposição de quase 20 anos atrás. Quer dizer, quando mais tempo levar pra se adotarem medidas que ponham fim ao uso do amianto, nós continuaremos tendo essas mortes", explica Fernanda Giannasi, auditora do Ministério do Trabalho. O amianto é uma matéria-prima retirada de rochas. A auditora informou que há suspeitas de que ainda existam peças que foram produzidas com amianto, dentro da Avibrás, e que o melhor destino para elas seria o lixo de materiais considerados perigosos.

A Avibrás foi procurada pela produção do Vanguarda TV, mas até o momento, não se pronunciou sobre as mortes dos ex-funcionários. (Fonte: VNews)

Crise e o emprego: onde estão os socialmente responsáveis?

Leonardo Sakamoto*

Manifestações em Itabira (MG) reuniram centenas de pessoas na última quinta-feira (8) para protestar contra a política de empregos que a Vale vem adotando sob justificativa da crise. De acordo com sindicatos, a gigante do setor de mineração demitiu 76 pessoas (62 de acordo com a própria Vale) na região.

O problema é que as empreiteiras que prestam serviços para a empresa teriam passado a navalha nos seus quadros, demitindo centenas. À agência de notícias Reuters, a assessoria da mineradora afirmou: "não podemos ser responsabilizados pelo ajuste de outras empresas".

Ou, em outras palavras, "nós terceirizamos todo esse pessoal exatamente para não ter esse tipo de dor de cabeça". Empresas menores possuem menos recursos à disposição em comparação com uma gigante como a Vale e, portanto, menos capacidade de enfrentar crises.

Se esses trabalhadores estivessem sob responsabilidade da mineradora talvez não fossem demitidos, mas seriam um "peso" no ringue da globalização na opinião de alguns que veem números e não pessoas.

Além disso, pequenas empresas que demitem dez aqui, 100 ali não dão manchete em jornal de circulação nacional como uma grande botando um milhar no olho da rua - o que é péssimo para a imagem institucional.

Mais dinheiro, significa mais poder (e vice-versa), mas também mais responsabilidade. Pelo menos em tese, porque na prática... (Fonte: Blog do Leonardo Sakamoto)

Dez instituições detêm 94% das agências bancárias no País

A união entre Banco do Brasil e Banco Votorantim representa mais um passo na direção do aumento da concentração desse mercado no país. Um dos sinais mais visíveis desse movimento é a dificuldade cada vez maior de encontrar uma agência bancária que não faça parte dos dez maiores grupos financeiros do Brasil.

Atualmente, esse grupo de instituições financeiras responde por 94% das 18,9 mil agências bancárias em funcionamento no país. Esse cálculo foi feito a partir dos balanços apresentados pelos bancos em setembro, mas já considera as fusões anunciadas desde então.

Há dez anos, época em que Banespa, Banco Real e BankBoston ainda estavam entre os líderes de mercado, essa proporção estava em 76%. Se considerados apenas os cinco maiores bancos, a concentração chega a 90,1%, contra 57,4% em 1999.

A lista dos dez maiores bancos do país no início de 1999 também revela como os clientes têm tido cada vez menos escolha na hora de abrir uma conta. Há dez anos, esse grupo era composto exclusivamente pelas chamadas instituições de varejo, que se destacavam pela elevada capacidade em captar depósitos por meio de contas correntes, poupança ou CDBs.

Dez anos depois, após as várias fusões ocorridas no setor, o grupo dos dez maiores inclui o próprio Votorantim, que ganhou mercado basicamente com operações como o financiamento de veículos, e o francês BNP Paribas, que tem como ponto forte a gestão de investimentos e possui, segundo o Banco Central, apenas quatro agências no país.

Outro reflexo do processo de consolidação do setor bancário é a maior concentração dos depósitos. Em setembro, segundo levantamento do BC, o total de recursos depositados nos bancos por seus clientes estava em R\$ 1,082 trilhão, do qual 91,4% estavam nas dez maiores instituições financeiras. Há um ano - antes da união entre Itaú e Unibanco e da compra da Nossa Caixa pelo Banco do Brasil, por exemplo-, essa proporção estava em 83,7%.

Os números do BC mostram ainda que, apesar de não crescer no mesmo ritmo da lucratividade do setor, o número de pessoas empregadas pelos bancos não tem diminuído nos últimos anos. Em tese, isso pode ser entendido como um sinal de que as fusões que têm acontecido não se traduziram em demissões em massa no setor.

Em setembro do ano passado, segundo o BC, as instituições financeiras empregavam 550,8 mil pessoas, praticamente empatando com os 550,4 mil registrados em dezembro de 2007. Os números não incluem, porém, funcionários terceirizados pelos bancos. (Fonte: Folha de S.Paulo)

Sem chuva da Amazônia, SP vira deserto,

São Paulo tem vocação natural para deserto. Só não é terra seca porque existem os Andes e a Amazônia. "Os Andes não vão sair de lá, a não ser que aconteça um cataclisma. Mas destruir a Amazônia para avançar a fronteira agrícola é dar um tiro no pé do agronegócio." O agrônomo Antonio Nobre, 50 anos, 22 deles vividos na Amazônia e autor da frase acima, tem se dedicado a estudar e dar visibilidade aos trabalhos de colegas sobre o regime de chuvas no país, uma área

difícil, de poucos dados, e fundamental no horizonte do aquecimento global. "A Amazônia é uma bomba hidrológica gigantesca que traz a umidade do Oceano Atlântico para dentro do continente e garante que a região responsável por 70% do PIB da América do Sul seja irrigada", continua. A reportagem e a entrevista é de Daniela Chiaretti e publicada pelo jornal Valor, 12-01-2009. Antonio Nobre vem de família rara. O pai era jogador de futebol, a mãe, pintora. Criaram seis filhos com DNA dominante de cientista. O irmão mais velho é **Carlos Nobre**, um dos maiores climatologistas do país. Paulo estuda como a destruição da Amazônia afeta os oceanos e é pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), onde também trabalham Carlos e Antonio. Outro irmão é professor da Fundação Getúlio Vargas, o caçula faz doutorado em ecoturismo no Colorado (EUA). A única mulher do time é psicóloga e astróloga - "faz pesquisa no sutil", diz Antonio, casado com uma pesquisadora do Inpe.

Com mestrado em biologia tropical pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (o Inpa, de Manaus), e doutorado em biogeoquímica pela Universidade de New Hampshire, há cinco anos Antonio é o homem do Inpa dentro do Inpe. Em sua sala em São José dos Campos (SP), rodeado por quadros da mãe, busca conectar a experiência amazônica com o que os satélites enxergam do espaço. Como todos os cientistas que se dedicam à mudança climática, o que vê não é promissor. "Temos cinco ou seis anos para impedir que uma catástrofe maior se estabeleça."

Entre os mais novos estudos que vem recolhendo sobre o regime das chuvas, há dados impressionantes. A Amazônia evapora, em um único dia, 20 bilhões de toneladas de água. "Este rio voador, que sai para a atmosfera na forma de vapor, é maior que o maior rio da Terra", diz Antonio, comparando o potencial de chuvas da Amazônia às 17 bilhões de toneladas de água que o Amazonas lança todos os dias no Atlântico. "Está se descobrindo que a floresta é dez vezes mais importante do que se imaginava", diz ele. "Estudos mostram que, nas regiões com floresta, a chuva continua igual por 500 km, 2 mil km; nas regiões do mundo onde ela foi tirada, dentro do continente é deserto", explica.

O cientista lembra que as primeiras conseqüências do desmatamento já são sensíveis. Em Tocantins, Pará e Mato Grosso já se detectam temperaturas muito altas. O Rio Grande do Sul está perdendo safras. "Não é para parar com o desmatamento da Amazônia em 2015. Era para parar ontem. Tem que ser zero, nenhuma árvore mais derrubada. Precisamos replantar a floresta."

Na entrevista, Nobre explica como chuvas, ventos, oceanos e florestas estão interligados e por que alterar este equilíbrio pode trazer danos irreversíveis à vida.

Eis a entrevista.

Como o senhor interpreta as chuvas que castigam Santa Catarina, Minas, Espírito Santo?

O único comentário que tenho é que lamentavelmente isso pode ser fichinha diante do que está vindo. Eventos extremos sempre aconteceram, mas a Terra tem mecanismos de atenuação. Agora, como a humanidade tem perturbado esses mecanismos, estamos tendo um aumento de frequência desses eventos. Professores da Universidade Federal de Santa Catarina disseram que o sofrimento que esta chuva produziu é quase 100% responsabilidade da forma como foi feita a ocupação naquela região. É o mesmo que acontece em Minas, no Rio e está sendo imposto na Amazônia. Um sofrimento decorrente de construir em encostas íngremes, de cortar floresta e deixar a região fragilizada. O problema não é da natureza, é humano. Santa Catarina é uma região propensa a esse tipo de evento, infelizmente. Mas também é uma prova da falência do sistema político brasileiro, que só atende ao imediatismo. O **Código Florestal**, desrespeitado, é de 1965 e nem leva em consideração as mudanças climáticas. Se levasse, seria muito mais restritivo, porque só temos cinco ou seis anos para impedir que a catástrofe maior se estabeleça sem chance de retorno.

O Brasil está enxergando a Amazônia com outros olhos?

O imaginário coletivo coloca nas florestas tropicais de modo geral, e na Amazônia, de modo particular, a sensação de algo de muito valor, de coisa grandiosa, mística. A Amazon.com não escolheu seu nome à toa. As pessoas atribuem esse valor ao sentido de paraíso perdido, de riqueza, de vida. Isso é senso comum. Exceto por um povo no mundo: o brasileiro.

Por quê?

Porque o brasileiro médio acha que está deitado eternamente em berço esplêndido. E ele entende por isso vastas áreas propícias para agricultura, chuvas plenas, clima ameno, rios caudalosos que permitem geração de energia, um eldorado de minerais e agora o petróleo. É um país abençoado. Isso define a visão ufanista de que temos valores extraordinários no Brasil.

E não é assim?

Analise o que falei: área para agricultura, água nos rios para energia, biocombustíveis, minerais, não tem nada vivo! Bem, a agricultura é viva, mas não é natural. O berço esplêndido do brasileiro é a terra aberta, não há registro da nossa herança viva. É a nossa visão cultural. O verde está lá, tremulando na bandeira, mas não o valorizamos.

Por que não?

Várias razões. Uma é a que chamo herança maldita dos invasores. O europeu que chegava aqui, na colonização, era o que tinha de pior naquela sociedade. Mercenários que encontravam uma terra sem lei nem rei, onde havia uma floresta de vigor incrível, ouro, povos sem exército nem pólvora. Toda essa abundância ofertada obscenamente para pilhagem. E com o agravante da Igreja, que dizia que os povos da terra não tinham alma enquanto não fossem batizados. Portanto, o conhecimento da natureza que esses povos tinham valia zero. Assim se removeu o saber indígena do "pool" cultural do brasileiro e o pouco caso com o ambiente passou a fazer parte do nosso caráter.

Como se muda isso?

Primeiro reconhecendo que tem carrapato em cima da vaca. Por que o brasileiro chama floresta de mata? Mata é coisa sem valor. Porque era assim para o invasor e nós perpetuamos a rapina.

Continua ativa a mesma mentalidade, hoje disfarçada de direito, que faz parte do nosso sistema de valores, foi incorporada no governo e se disfarçou. Agora se chama desenvolvimento. Temos que reconhecer esse fardo ignaro e pensar positivamente para frente. Parar de brigar ambientalista com desenvolvimentista e redescobrir nossa identidade. O brasileiro tem uma reação forte contra pirataria: "Estão roubando os nossos bens", diz, indignado. Mas um ataque sem precedentes aos biomas, com tratores e correntões, motosserra e fogo não desperta revolta. É claro que temos que desenvolver, precisamos de agricultura. O Blairo Maggi [governador do Mato Grosso e um dos maiores produtores de soja do mundo] perguntou outro dia se queremos árvores ou se queremos comida. É um dilema totalmente falso.

Por quê?

Porque sem árvores não tem água e sem água não tem comida. Uma tonelada de soja consome várias toneladas de água para ser produzida. Quando exportamos soja, estamos exportando água doce para países que não têm esta chuva e não podem produzir. É o mesmo com o algodão, com o álcool. Água é o principal insumo agrícola. Se não fosse assim, o Saara seria verde, porque tem solos fertilíssimos.

As pessoas acreditam que chuva é um fenômeno eterno...

Pois é. Mas pense numa caixa d'água. Se tem só um cano saindo e nenhum entrando, vai esvaziar. Os rios saem dos continentes e vão para o oceano. Precisa ter alguma volta de água ou seca o continente.

De onde vem essa água?

Essa é uma pergunta que ninguém se faz. Aprendemos assim na escola: a água salgada do mar evapora pela ação do sol, o sal fica no mar e a água doce forma as nuvens. O vento sopra a umidade, chove no continente e a água volta para os rios.

Está errado?

Então devia ter água em todos os continentes da Terra, mas existem desertos, não é? É só olhar o globo e ver que em toda a zona equatorial tem florestas. Ou tinha, as estamos destruindo. Mas nas áreas contíguas, a 30 graus de latitude norte e sul, existem desertos. O Kalahari, deserto da Namíbia, o Atacama, o Saara. Isso tem uma explicação, chama-se circulação de Hadley: a parte central do planeta recebe maior radiação solar, ilumina muito, é uma área muito quente, evapora muita água, a evaporação produz chuvas na região. A produção de chuva faz com que o ar circule assim: sobe no Equador e desce a uns 30 graus norte e sul. O ar que sobe, perde umidade, chove; quando desce rouba umidade da superfície e formam-se os desertos. Só há duas exceções, no Sul da

China, um lugar atrás do Himalaia, e na região que produz 70% do PIB da América do Sul, o quadrilátero que vai de Cuiabá a Buenos Aires e de São Paulo aos Andes. Toda essa atividade econômica depende de chuva. Se prevalecesse a circulação de Hadley, seria deserto também. Teria floresta na Amazônia e aqui não teria nada.

E por que não é deserto?

Por duas razões. Uma, publicada pelo **José Marengo** [outro especialista em clima, do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Inpe]. Se esta região deveria ser deserto e não é, tem algo na América do Sul que é diferente. O quê? Os Andes, uma parede de 6 mil metros de altura, que corta o continente até a Patagônia. Funciona assim: a massa de ar gira sempre de leste para oeste em cima do Equador e o vento sopra ao contrário na faixa entre a zona equatorial e a polar. A umidade do Atlântico entra sobre a Amazônia, a floresta a mantém, e se não existissem os Andes passaria direto ao Pacífico. Mas o ar bate na cordilheira e no verão consegue chegar ao sul e irrigar o nosso quadrilátero produtivo.

É uma chuva importante?

Significa mais de 90% da chuva que cai na região. A transmissão de umidade da Amazônia para o centro agrícola da América do Sul é o que faz produzir e não deixa a área virar deserto. A condição dos Andes é importante, é por isso que o pessoal diz que o Acre é onde o vento faz a curva. Mas é o segundo fator que considero o mais importante: temos uma esponja verde como cabeceira de água na América do Sul, a floresta amazônica. As árvores conseguem evaporar mais água do que os oceanos por unidade de área.

Como é esta comparação?

Nobre: Uma árvore grande, com copa de 20 metros, chega a evaporar 300 litros de água por dia. No oceano, 1 m² é 1 m² de superfície evaporadora. Mas 1m² de floresta chega a ter 8, 10 m² de folha. Evapora oito, dez vezes mais que o oceano. A floresta é como um radiador de automóvel, é um evaporador otimizado. As folhas são distribuídas em vários níveis por 40 m de altura. O vento vem, encontra a superfície cheia de galhos, faz turbulência, gira, entra pelo meio. Isso ajuda a remover umidade da superfície. Medimos o quanto a Amazônia evapora, é um número astronômico: 20 bilhões de toneladas de água em um dia. Para ter idéia do que é este volume, o rio Amazonas lança 17 bilhões de toneladas de água por dia no Atlântico. Este rio voador, que sai para a atmosfera na forma de vapor, é maior que o maior rio da Terra.

É por isso que o senhor diz que avançar a fronteira agrícola para a Amazônia é dar um tiro no pé? Claro. A Amazônia é uma gigantesca bomba de água. A evaporação precisa do sol para acontecer. Calculamos quanta energia seria necessária para evaporar toda aquela água. Quantas Itaipus precisaríamos para evaporar um dia de água da Amazônia? Precisaríamos de 50 mil Itaipus a plena carga.

Como atua essa bomba?

Cerca de 50% da chuva cai de novo na floresta. O fato de ela absorver essa energia toda na superfície e liberar em altitude, onde condensam as nuvens, produz circulação atmosférica. A floresta gera uma bomba que puxa o vento do oceano para dentro da terra. Chega este ar cheio de umidade, chove, a floresta evapora, o ar úmido continua seu caminho para dentro do continente, chove de novo. São 4 mil km até os Andes. Quando alcança os Andes, ainda está carregado de umidade, bate na cordilheira, desce e vai irrigar as plantações de soja do Centro-Oeste, Sudeste, Sul e segue. Estudos mostram que nas regiões com floresta, a chuva continua igual por 2 mil km. Nas regiões onde foi tirada, lá para dentro do continente é deserto. As primeiras conseqüências do desmatamento já estão disponíveis. O Rio Grande do Sul já está perdendo safras. Se desmatarmos e enfraquecermos a bomba, a região toda vai secar, porque é seu destino natural.

A Amazônia, então, é fundamental para a agricultura?

Está se descobrindo que a floresta é dez vezes mais importante do que se imaginava. Tem outros fatores, também: a floresta faz chover. Essa foi uma descoberta fantástica do projeto LBA (Programa de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia). Gotas precisam de alguma coisa sólida para se formarem, é fácil perceber quando se tira uma garrafa de refrigerante da geladeira e formam-se gotinhas em volta. A floresta emite vapores orgânicos para a atmosfera, que funcionam

como sementes de nuvens. Mas precisa ser a quantidade certa para chover, se tiver demais não chove. A fumaça das queimadas introduz partículas demais na atmosfera, seca as nuvens e elas não chovem. Durante o período seco, das queimadas, a floresta sempre mantinha uma chuvinha que a deixava úmida e não-inflamável. Agora passam dois meses sem chover. A floresta começa a ficar muito seca e o fogo entra por ela. As árvores da Amazônia, diferente do Cerrado, não têm resistência ao fogo. Um fogo bobo mata todas as árvores que têm raízes rasas, e aquela floresta está condenada. Existem árvores imensas sendo destruídas assim.

Então é um mito que a Amazônia é muito forte?

É forte quando o regime de chuvas está perfeito, mas com fogo, correntão e motosserra fica difícil. Em Tocantins, está dando 40 graus. No Pará e no Norte do Mato Grosso, registramos temperaturas muito altas. Cuiabá é quentíssima. Já está em curso um processo que a gente não sabe se é sem volta e temos que acabar com a hipocrisia que acende esse debate. Não é para parar com o desmate em 2015. Era para parar ontem, zero, nenhuma árvore mais derrubada. Temos que replantar a floresta.

O sr. faz uma espécie de militância científica?

Foi o efeito da floresta no meu espírito. Eu me senti muito frustrado com tudo o que vivenciei na Amazônia. Tive uma fase de militância ambientalista, depois vi que temos que ter pé no chão e não falar só "não pode". Mas, se destruímos as florestas, vamos estourar o nosso sistema climático. A condição do sistema terrestre hoje é a de já estarmos na UTI com falência múltipla de órgãos. Isso é o aquecimento global. A queima de combustíveis fósseis tem papel importante, mas a destruição dos órgãos de manutenção do clima, florestas e oceanos é o principal fator para o descontrole global. Não adianta todos os carros virarem elétricos se continuarmos a desmatar.

Quem conhece as coisas da Amazônia?

Os povos nativos, intuitivamente. Mas são desrespeitados, não são valorizados. Temos que considerá-los um dia, se quisermos ser uma grande nação. E existe o conhecimento científico disperso em uma enorme variedade de disciplinas. Eu sou um garimpeiro de pérolas, em diferentes áreas. É isso que faço, ligo uma coisa à outra.

O senhor é otimista sobre a nossa mudança de consciência?

Não consigo ver a mudança sem passarmos, infelizmente, por uma catástrofe. Aqui, o crescimento sem controle do agronegócio está danificando o funcionamento hidrológico da América do Sul. Enquanto lá fora se fala em serviços ambientais, aqui é só agronegócio, aço, minério, assuntos do século XX. A gente só chega depois, temos mentalidade de colônia até hoje. Mas o mundo vai depender cada vez mais dos nossos serviços ambientais. O Brasil não é só grãos.

Uma raposa em Terra-sem-males

"51,3% de toda a nossa estrutura fundiária (dados do Incra em 2003), aí não incluídos "os imóveis com inconsistência na situação jurídica", estão na mão de apenas 2,6% dos 4.290.482 imóveis rurais do país. Isso demonstra que muitas raposas, que não a da terra do sol, titulam um território todo de muito maior desproporção entre terra e gente. Esse, que não é de índio, sobre ser em grande número ilegal (coisa que o STF provou não acontecer agora com o dos índios) é resultado de uma histórica e cruel dizimação", escrevem **Antonio Cechin e Jacques Távora Alfonsin**.

Ambos, como **noticiado anteriormente**, publicarão, periodicamente, um artigo nesta página.

Eis o artigo.

Um jurista publicou um artigo na imprensa de São Paulo criticando a recente decisão do Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a área contínua da Raposa Serra do Sol, em Roraima, como posse dos índios. Lamentou ele que uma área equivalente a onze cidades de São Paulo, suficiente para abrigar 110 milhões de brasileiros, esteja sendo franqueada a 18 mil índios. Entre outros motivos apontados pelo referido autor, estão os de que "os brasileiros lá residentes há décadas, terão de se retirar", "Roraima praticamente deixará de existir", não ficou claro quem poderá explorar "áreas ricas em minérios, biodiversidade e recursos hídricos", ONGs estarão autorizadas pela Funai para "atuar nas áreas contingenciadas", enquanto 185 milhões de outros brasileiros por lá, não poderão passar sem autorização da daquela mesma autarquia.

Até o fato de o Brasil, diferentemente de outros países que abrigam população indígena, ter assinado a “declaração universal de auto-determinação dos povos indígenas”, projetada pela ONU, é criticado pelo referido autor.

Algumas razões de fato e de direito podem ser opostas a essa argumentação, demonstrativas de que a mesma não tem fundamento jurídico-legal, é deficitária do ponto de vista ético-político, claramente míope do ponto de vista histórico, preconceituosa contra índios e, mais do que tudo, profundamente injusta.

Se a extensão da área de terras da Raposa Serra do Sol, por exemplo, for comparada com a dos milhões de hectares de terras griladas, de terras tituladas sob registros fraudulentos, de concentração do direito de propriedade privada sem função social, em nosso país, tem-se de concluir que a perplexidade do articulista esquece dados que não podem ser desconsiderados.

51,3% de toda a nossa estrutura fundiária (dados do Incra em 2003), aí não incluídos “os imóveis com inconsistência na situação jurídica”, estão na mão de apenas 2,6% dos 4.290.482 imóveis rurais do país. Isso demonstra que muitas raposas, que não a da terra do sol, titulam um território todo de muito maior desproporção entre terra e gente. Esse, que não é de índio, sobre ser em grande número ilegal (coisa que o STF provou não acontecer agora com o dos índios) é resultado de uma histórica e cruel dizimação.

A população indígena do Brasil era de 5 milhões de pessoas em 1500, segundo Darci Ribeiro no seu conhecido estudo “O povo brasileiro”. Se não fosse a invasão branca, cruel, escravocrata, predatória, genocida e injusta, quantos seriam hoje? - Estão reduzidos a 400 mil segundo o referido articulista. Como nos demais números que ele usou, todavia, até esse deve ser exagerado, tal o morticínio aqui havido contra aquela gente.

Aliás, para quem preza tanto a lei, a ponto de, com base nela, argumentar que 185 milhões de brasileiros estarão impedidos de se locomover na Raposa Serra do Sol (haja curiosidade, recurso financeiro e vontade de viajar para tanta gente!) um capítulo inteiro da Constituição Federal (arts. 231 a 232), vale como contestação eloqüente de todo o absurdo que o autor do texto atribui à decisão do Supremo.

É certo que a Constituição Federal mais não fez aí do que tentar defender o território brasileiro contra aquele paradigma privatista e patrimonialista interpretativo dos fatos e da lei que inspiram o texto que lamenta 11 cidades de São Paulo em mão indígena. Isso fica claro quando ele se preocupa com quem vai explorar o território agora reconhecido como não exclusivamente branco. Outro uso de terra que não aquele que a transforma em mercadoria, que a esgota e mata e que, para tanto, explora até mão de obra escrava, não pode ser admitido.

Roraima vai deixar de existir? Sim, vai deixar de existir para quem salienta o fato de que “brasileiros” vão ter de sair de lá, os índios não são brasileiros e Roraima somente merece sobreviver se os primeiros continuarem se locupletando com o que não é deles... Assim, os direitos humanos fundamentais pertencem apenas a uma das etnias que vivem aqui, especialmente a proprietária, latifundiária e branca. O resto ou é incapaz ou nem existe. Os índios, assim como os sem-terra e os sem-teto, todos os pobres que não têm poder de compra (!), a esses nem a dignidade humana deve ser reconhecida e garantida.

Como se observa, levando-se em conta o que diz o articulista, o Estado democrático de direito, previsto na Constituição Federal, não vale para grande parte da nossa população. Já que a nossa lei maior não se aplica para essa multidão, há necessidade urgente então, de uma nova bula papal, como a “Sublimis Deus” de Paulo III, ainda de 1537, afirmando que os índios não são coisa, eles também têm alma...

As ONGs estrangeiras estão lhes fazendo mal? Será que esse é maior do que as poderosas transnacionais que estão aqui, desmatando, patenteando o que a natureza nos deu de graça para nos alimentar e curar, envenenando nossa terra com todo o tipo de pesticida, plantando o que destrói biomas inteiros? Ora, não por ser histórica, praticada por antepassados estrangeiros e brasileiros corruptos, a injustiça social deixa de ser injustiça e deixa de merecer reparação, ainda que tardia. O nosso STF não tem tradição que o isente completamente da falta de sensibilidade humana e social. No caso da Raposa Serra do Sol, todavia, pelo menos ao nível dos votos até agora colhidos,

ele fez uma identificação diferente daquelas outras raposas, as que roubam e matam, a pretexto de que o “livre mercado”, a “globalização” e o “crescimento econômico” exigem esse sacrifício, como aconteceu com **Sepé Tiaraju** e tantos outros. Dessa vez, a raposa identificada pelo Supremo é como aquela que deixou lição imorredoura para o pequeno príncipe de Saint Exupery: “Só se vê bem com o coração. O essencial é invisível para os olhos.”

Revolução no embate das ideias e projeto de sociedade

A superação da crise atual, sistêmica e estrutural, exige a construção de uma nova agenda civilizatória. Para isso, é preciso formar uma maioria política que alie capital produtivo e estratos sociais organizados, como trabalhadores e seus sindicatos, associações de bairros e entidades de classe média. Uma das principais tarefas é a defesa da sustentação das atividades produtivas com redistribuição da renda e riqueza acompanhada da democratização das estruturas de poder, produção e consumo. A análise é de **Márcio Pochmann**, presidente do IPEA, em artigo publicado pela Agência Carta Maior, 11-01-2009.

Eis o artigo.

O agravamento da crise do capital globalizado neste início do século XXI torna mais claro o anacronismo das idéias-forças atualmente existentes para a implantação de um novo projeto de sociedade. Poucas vezes antes as elites mundiais persistiram prisioneiras de pressupostos constituídos por quem já não vive mais, desconhecendo, portanto, as oportunidades que o novo permite concretizar.

De um lado, porque a trajetória do desenvolvimento econômico e social percorrida desde antes do segundo pós-guerra se mostrou incapaz de incluir a todos, uma vez que não mais de 1/3 de toda a população mundial teve alguma forma de acesso ao padrão civilizatório produzido pela chamada sociedade industrial do século 20. De outro, devido à insustentabilidade ambiental que marca profundamente a perspectiva de reprodução continuada do atual padrão de produção e consumo em larga escala, fortemente destrutivo, especialmente pela elevação da temperatura e demais transtornos crescentemente ocasionados pelas mudanças climáticas globais. Ou seja, o projeto de sociedade existente não pode ser universalizado, salvo na forma do subdesenvolvimento que gera o mito de permitir a absorção de alguns simultaneamente à exclusão da maioria.

A crise atual é sistêmica e estrutural. Começou pelo coração do capitalismo central, que define o sistema monetário-creditício, e passou a contaminar pelo mundo o tecido produtivo generalizadamente, com efeitos sociais e políticos sem paralelo nas últimas sete décadas e ainda não plenamente conhecidos. Por atingir a estrutura básica do edifício sobre a qual se encontra erigido o edifício da sociedade capitalista, percebe-se logo que o conjunto ofertado de medidas até agora pelo keynesianismo bastardo, embora urgente e necessário para atenuar emergencialmente a sangria desatada que o retrocesso neoliberal de anos anteriores provocou, serve tão somente de remendo, meia sola, como diria um bom sapateiro.

Não se trata, portanto, de uma alternativa concreta e efetiva como fora durante a Depressão de 1929, que somente se efetivou com a experiência da Segunda Guerra Mundial, capaz de fazer com que ricos e poderosos aceitassem as reformas civilizatórias potencializadoras de um dos mais formidáveis ciclos de expansão socioeconômica que durou quase três décadas. Em síntese, observa-se que dificilmente a reprodução de medidas idênticas às adotadas para debelar crises ou depressões passadas terá sucesso pleno tal a gravidade e profundidade da crise do capital globalizado.

Resistências à mudança

A trajetória consagrada pelos programas neoliberais de ajustes estruturais implementados desde o final da década de 1970 – inicialmente nos países do centro do capitalismo mundial e, em seguida, condensados pelo Consenso de Washington para as nações periféricas a partir da segunda metade dos anos 1980 - fracassou rotundamente. Por conta disso, o projeto de sociedade de ricos e poderosos convergente com o processo de globalização financeira mundial ruiu, deixando viúvas à caça de novos parceiros interessados em reavivar o defunto.

Até então, os protagonistas da agenda global neoliberal vinham sendo algumas das principais agências multilaterais que possuíam, invariavelmente, suas respectivas ramificações no interior de cada um dos espaços nacionais. Para isso, elas buscavam promover tanto a regulação competitiva na repartição da renda e riqueza por parte das corporações transnacionais (responsabilidade empresarial) como por meio do enxugamento do papel do Estado, que se transformou cada vez mais no mero reprodutor das ações internas voltadas à regulação competitiva dos capitais e às políticas sociais cada vez mais distantes do caráter seu universal, com ações marcadamente assistenciais e focalizadas para o restrito grupo social extremamente pobre.

Alem disso, o avanço tecnológico combinado à difusão de múltiplas cadeias de produção em rede planetária possibilitou a distinção entre o trabalho de concepção e o trabalho de execução num cenário de desgovernança global. Geograficamente, então, assistiu-se à conformação de uma nova Divisão Internacional do Trabalho que concentrou, sobretudo nos países ricos, o trabalho de concepção, exigente de educação continuada e de qualidade compatível com remuneração e condições de trabalho menos incivilizadas.

Nos países periféricos, com as reformas neoliberais em maior escala, avançou o curso da especializando econômica dependente do trabalho de execução, geralmente pouco qualificado, sub-remunerado e com condições de exploração comparáveis – muitas vezes – às da flexibilidade laboral do século XIX. Nesses termos, diversos organismos governamentais e instituições não governamentais vinculados aos grandes grupos econômicos transnacionais voltaram-se à defesa de ações estatais pontuais e focalizadas na regulação social competitiva. Em resumo, tratou-se da disseminação do que se assemelharia ao neodarwinismo social voltado à emulação do individualismo competitivo. Tudo isso, é claro, à margem da regulação pública ou estatal, porém compatível com campanhas supranacionais de caráter assistencial e mercadológico envoltas com a lógica da responsabilidade social e de estímulo voluntário e assistencial isolacionista.

Com espraiamento hegemônico do capital globalizado fundamentou-se uma nova casta política e econômica mundialmente privilegiada, que se beneficiou dos ganhos da financierização da riqueza em escala planetária. Para isso, o fundo público tornou-se a chave, mais uma vez, para a repartição de renda entre os detentores dos direitos da riqueza financeirizada e os dependentes das políticas sociais nacionais despossuídas de seu caráter universal para focalização assistencial. Essa era a visão dos ricos e poderosos a manipular agências multilaterais e ramificações internalizadas no plano nacional engajadas no projeto de sociedade para poucos, enquanto a maioria era levada a conviver na luz da falsa disjuntiva entre o desemprego aberto ou emprego precário (trabalho de execução).

Em vista disso, constata-se como o tempo de predomínio do neoliberalismo representou um inegável esforço pela busca da acomodação política em contextos nacionais crescentemente marcados por maior polarização e exclusão social. Esse contexto terminou sendo responsável por sinais de regressão nas estruturas sociais que anteriormente fundamentavam as lutas sociais durante o ciclo do desenvolvimento fordista a partir do século 20, como no caso dos sinais recentes do desaburguesamento das classes médias assalariadas e da desproletarização da classe operária. Assim, ao invés das oportunidades do novo, as resistências neoliberais impuseram, inclusive, o retrocesso à velha agenda civilizatória que fora construída por significativas lutas sociais a partir do final do século 19 (tempo de estudo para a faixa etária 7 a 14 anos, início no trabalho regulado a partir dos 15 anos de idade, jornada de 48 horas semanais e aposentadoria para o fim da vida, acompanhada da segurança social contra os riscos do trabalho).

Somente o ilusionismo neoliberal pode justificar que o menos significaria mais para todos.

Maioria política para uma nova agenda civilizatória

Nos dias de hoje uma nova agenda civilizatória permite ser defendida a partir da construção de uma maioria política travestida pela coalizão interclasses sociais, capaz de compreender - no plano nacional - a reunião desde as famílias de maior renda plenamente incluídas no atual padrão de produção e consumo até os segmentos extremamente miseráveis da população, geralmente pouco incluídos pelas políticas sociais tradicionais. A emergência desse novo tipo de aliança política poderia fortalecer o conjunto dos estratos sociais de baixa renda e de nível médio organização,

geralmente, integrados por alguma forma de organização e que expressem resistências à condução neoliberal do projeto de sociedade dos ricos e poderosos.

De certa forma, isso refletiria maior ênfase na disputa em torno da reorientação do fundo público comprometido com a improdutividade do circuito da financeirização da riqueza para a conformação de uma nova agenda civilizatória consonante com as exigências da sociedade pós-industrial. Sem resolver o problema da desigualdade crescente da renda e riqueza, a nova polarização entre ricos e pobres tende a ser acomodada por medidas funcionais simultaneamente à pobreza e à riqueza. Mas isso, contudo, está obstaculizado pelo aprofundamento da crise do capital globalizado.

Por isso, no entanto, que o fundo público originado pela luta política dos segmentos sociais mais organizados deve ser reformulado e novamente vinculado às receitas originárias, permitindo favorecer tanto a progressividade na tributação sobre a renda dos ricos como a universalidade da proteção social (gasto com saúde, educação, pleno emprego e assistência social).

Nessa direção em que se condena o atual processo de financeirização da riqueza - resultado da implementação dos programas de ajuste estrutural e da condução de políticas econômicas e sociais neoliberais -, apresentando-se a construção de maioria política que alie atores pouco privilegiados ou derrotados (capital produtivo e estratos sociais organizados, como trabalhadores e seus sindicatos, associações de bairros e entidades típicas de classe média) e aponte a defesa da sustentação das atividades produtivas com redistribuição da renda e riqueza acompanhada da democratização das estruturas de poder, produção e consumo.

Mesmo que a convergência entre segmentos tão heterogêneos seja de difícil viabilidade política, isso não significa, necessariamente, sua impossibilidade prática num ambiente tão hostil à organização regulada do capital produtivo e à estruturação de políticas universais de proteção social. Uma nova maioria política com esses propósitos parece estar em construção, já presente em algumas escalas localizadas, especialmente quando se trata de observar evidências factíveis e viáveis de políticas públicas compromissadas com a emancipação social, política e econômica. A ênfase na construção de uma nova agenda civilizatória deve ser perseguida, pois é ela que pode permitir a reconstrução da sociabilidade perdida, bem como liberar o homem do trabalho heterônomo no contexto das exigências da sociedade pós-industrial. Ou seja, o ingresso no mercado de trabalho aos 25 anos, a educação para o longo da vida, as 12 horas semanais no local de trabalho e a expansão de atividades ocupacionais socialmente úteis à sociabilidade, como cuidadores sociais, entretenimento e outras.

A base material necessária à sustentação desse novo patamar civilizatório global já existe, tendo em vista o crescente ganho de produtividade (física e imaterial) oriundo do capitalismo pós-industrial deste começo do século XXI. Lembra-se que para cada dólar derivado da produção material há, simultaneamente, outros 10 oriundos do conjunto das atividades imateriais (não produtoras de bens, mas de mercadorias intangíveis). A captura dessa parcela do excedente econômico reafirma o projeto de sociedade protagonizado pela progressividade tributária e pela amplificação do gasto social capaz de gerar autonomização e empoderamento no conjunto dos povos no mundo. O choque redistributivo e o apoio ao desenvolvimento socioeconômico sustentável encontram oposição direta na agenda social do neodarwinismo, apontando, cada vez mais, para o novo sentido das disputas entre progressistas e conservadores.

Tarefa para um novo tipo do Estado

A ação pública precisa ser revigorada, sendo necessário o restabelecimento do Estado em novas bases. Não cabe mais a reprodução do velho Estado do século 20, adequadamente coetâneo com a problemática socioeconômica pertencente à sociedade industrial. A concepção do Estado funcional em “caixinhas” que respondem à setorialização das ações públicas, geralmente desarticuladas, quando não competitivas entre si, encontra-se ultrapassada. Os enormes desafios de sociabilidade e de gestão econômica da sociedade pós-industrial pressupõem a construção de um Estado matricial, trans e intersetorial, capaz de fazer confluir o conjunto de especializações em ações totalizantes.

No Estado do século XX, a soma das ações em partes oferecia um todo superior. Para atuar sobre os problemas gigantes da sociedade, o plano Beveridge que padronizou o Estado de bem estar social do segundo pós-guerra recomendou ações setorializadas, como na ignorância, o sistema público de

educação; na doença, o sistema público de saúde; no desemprego, o sistema público de emprego e assim por diante.

Noutros termos a seguridade social que resultou da sociedade salarial generalizada pela industrialização estabeleceu outro patamar para a oposição entre proprietários e não proprietários. Com a propriedade social oriunda do trabalho assalariado houve a possibilidade da apropriação dos ganhos de produtividade material gerados pelo avanço da sociedade industrial.

Em virtude disso, as garantias de bem estar (educação, saúde, aposentadoria, assistenciais, entre outras) deixaram de dizer respeito quase que exclusivamente aos proprietários privados portadores de condições próprias de financiamento. A transformação de Estado liberal que até o início do século 20 se fundamentava em três funções básicas (monopólio da tributação, moeda e forças armadas), passou pela ampliação do fundo público que somente equivalia a menos de 10% do total do excedente econômico.

A substituição do Estado Liberal pelo Estado de Bem Estar Social na saída da Depressão de 1929 implicou a conformação de fundo público representando cerca de 30 a 45% do excedente econômico para sustentar a agenda civilizatória da sociedade industrial. Ou seja, a garantia do estudo público a todos, especialmente aos filhos de famílias se condições privadas de prover na faixa de 7 a 15 anos de idade, ingresso no mercado de trabalho após 15 anos, aposentadoria após três décadas de trabalho, jornada de trabalho de oito horas diárias e acesso à proteção social aos demais riscos do trabalho.

Naquela oportunidade, sem a realização da reforma tributária progressiva sobre os ricos, especialmente nos ganhos derivados da nova riqueza material representada pelo crescimento fantástico da produtividade, pouco da agenda civilizatória do século 20 haveria de ser implementada. A transformação do Estado Liberal dependeu da democratização política das estruturas de poder, produção e consumo, levadas avante por intensas lutas sociais. Do contrário, o regime de vida e trabalho do século 19 ainda se faria presente, descolado da riqueza gerada pela metamorfose da sociedade agrária para industrial e urbana, como o trabalho a partir de cinco anos de idade, jornadas de trabalho de 16 horas por dia, trabalho até morrer, analfabetismo generalizado. Neste começo do século XXI, quando se conforma a sociedade pós-industrial que têm mais 70% das ocupações envolvidas com atividades intangíveis, a produtividade que mais cresce é aquela que decorre do trabalho imaterial. A concentração dessa nova e imensa riqueza em poucas mãos é que potencializa a grave crise do capital globalizado. O enfrentamento dessa crise requer receitas novas, contemporâneas com as oportunidades atualmente em curso. A transformação da propriedade em favor de todos, especialmente as decorrentes das propriedades financeira e intelectual, impõe exigências como educação para a vida toda, não mais para as faixas precoces da vida (crianças, adolescente e jovem).

Adultos e velhos necessitam continuar estudando ao longo da vida, especialmente numa sociedade cuja expectativa média de vida deve superar os 100 anos de idade. Para educação de vida toda, em que o exercício do trabalho pode ser realizado em qualquer lugar (casa, praça, aeroporto, rodoviária, entre outros), deixa de ser funcional a velha e rígida divisão fordista da atividade (trabalho) com inatividade (estudo), pois o trabalho material é realizado fundamentalmente no local próprio de trabalho (fábrica, escritório, fazenda, laboratório, etc.).

Com o trabalho imaterial sendo efetuado cada vez mais fora do seu local tradicional, não há razão técnica que justifique as longas jornadas oficiais de trabalho do século 20, pois do contrário o cidadão permanece plugado no trabalho heterônomo quase 24 horas por dia. Aumentar o tempo livre requer financiamento público, como para as ações que envolvam descontaminar o trabalhador das novas doenças profissionais.

Enfim, há oportunidade para que tudo isso pode e deve ser feito nos dias de hoje. Ademais da lutas sociais em termos do embate das idéias que possam revolucionar o projeto de sociedade atual, urge implantar uma profunda reforma do Estado que implique avançar o fundo público para mais de 2/3 do total do excedente econômico, por meio da tributação dos ricos, sobretudo os detentores das novas riquezas imateriais.

Da mesma forma, a ação estatal de novo tipo requer o seu próprio empoderamento para tratar do novo contexto global controlado por somente 500 grandes grupos econômicos, responsáveis por quase 50% do Produto Interno Bruto mundial. A defesa do espaço nacional, com exploração plena de todo o potencial econômica impõe fortalecimento da iniciativa privada, com novas regras que permitam ampliar a competição, mesmo com ação estatal em setores potencializadores da sociedade pós-industrial. Este Estado está ainda por ser constituído. Somente uma nova maioria política poderá viabilizar essa complexa e necessária construção. Que o Brasil lidere esse movimento, assim como na Depressão de 1929 foi um dos protagonistas a adotar o keynesianismo *avant la lettre* e, por isso, permitiu ser um dos primeiros países a superá-la.

TST reconhece natureza salarial de vale refeição fornecido como valor simbólico

A 7ª Turma do TST (Tribunal Superior do Trabalho) determinou que a empresa Potencial Engenharia e Construções integrasse o valor pago para alimentação ao salário de um trabalhador, que participava com valor ínfimo. O entendimento foi de que, para que seja reconhecido como salário *in natura*, o vale para refeição deve ser fornecido pela empresa sem qualquer ônus para o empregado, sendo um benefício integrante de seu contrato.

O trabalhador havia sido contratado como ajudante, por tempo determinado, pela empresa, e buscava o reconhecimento da natureza salarial do valor pago pela empregadora para alimentação, considerando-o para cálculo de férias, feriados, décimo terceiro, aviso prévio e depósitos de fundo de garantia, entre outras parcelas. O ex-ajudante alegava que a quantia descontada de seu salário a título de refeição era apenas simbólica e, na verdade, uma tentativa de burlar a lei e descaracterizar a gratuidade.

O pedido foi negado pela 4ª Vara do Trabalho de Santos e pelo TRT-2 (Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região). O trabalhador entrou então com recurso no Tribunal Superior, que reformou a decisão, com base no artigo 458 da CLT, que define que a alimentação fornecida pelo empregador, por força do contrato de trabalho ou do costume, integra-se ao salário.

Para o ministro Guilherme Caputo Bastos, relator do caso, o desconto sem qualquer representatividade equivale à concessão gratuita da alimentação. O relator concluiu que, embora se admita que a participação do empregado no custeio da alimentação descaracteriza o salário *in natura*, “não há como prevalecer tal entendimento se o custeio é feito de forma simbólica, como ocorreu no presente caso”.

ULTIMA INSTANCIA